

# DIOGO-CÃO

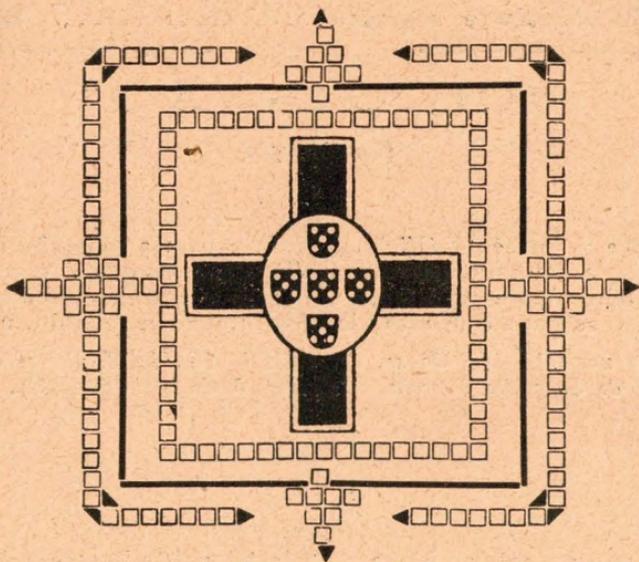
REVISTA ILUSTRADA DE ASSUNTOS ANGOLANOS  
(Com tôdas as licenças necessárias)

Director, redactor, administrador, editor e proprietário

**PADRE MANUEL RUELA POMBO**

(Missionário secular português e antiquário amador)

— COLABORADORES — SELECCIONADOS —



## SUMÁRIO:

*O Arquivo Provincial de História, em Luanda—Almanaque Estatístico de Angola—Os leões nas ruas da cidade de Luanda, em 1767—Efemérides Provinciais—Fundação do Presídio de Novo-Redondo—O condomínio português & holandês em Angola—As dívidas do PRIMEIRO colonial português*

TIRAGEM 1:000 EXEMPLARES

LUANDA

1932

**AGENTE:**  
**AMADEU AMORIM**

LUANDA — C. P. 196

**VENDE-SE NAS LIVRARIAS:**

—**MINERVA**, na Travessa da Sé

—**A LUSITANA**, na Avenida de Salvador Correia

---

Preço de cada número avulso.....	5,00
Pelo correio e registado.....	6,00

---

**“DIOGO-CÃO”**

(Continuação)

16.)

Serve o presente Offício para I) acusar a recepção dos dois números da valiosa e útil revista *Diogo-Cão*, de que V. é proprietário e inteligentemente dirige, e II) agradecer penhorado a gentileza que V. teve para com este Liceu oferecendo os referidos números.

(De um OFFÍCIO do sr. dr. LUÍS AGUIAR, Reitor do Liceu Central de Salvador Correia.—Luanda, 5 de Maio de 1932).

17.)

Temos em mãos o número 2<sup>o</sup> desta revista ilustrada de assuntos históricos que se publica em Luanda sob a competente direcção do erudito investigador Padre Manuel Ruela Pombo.

Repositório de documentos e de estudos sobremaneira interessantes para a história de Angola, bem merecia a revista «Diogo Cão» a leitura de todos quantos teem a ânsia de saber.

O sumário deste número é o seguinte:—«Os portugueses em Angola—Diogo Cão; As Fortalezas de Luanda—A Fortaleza do Mórro de Sam-Paulo; Efemérides Provinciais; Monumentos & Arquivos; História eclesiástica; Os Holandeses contra os Portugueses; A tentação do mar etc.

Do—*Noticias da Huila*—de 26 de Julho de 1932.



tempos, o seu podêr civilizador... nas 5 pártes do MUNDO. Mas... não sabemos dar-lhes o devido valor, publicando-os e vulgarizando-os.

Com grande e pesado desgôsto nosso, não puderam ter, como era de absoluta justiça, a hônra da primogenitura ou preferência os manuscritos de História de-Angola que a péna zelosa de António de Oliveira de Cadornega nos deixou ou legou.

Por motivos lamentáveis, foram opostas ao nosso patriótico desêjo várias e variadas dificuldades, que, é certo, nos obrigaram a adiar para mais tárde, mas não a desistir ou pôr de lado, a nossa promessa.

Os nossos amáveis Leitores bem sabem que temos por hábito cumprir o que prometemos, seja o que fôr: estejam, pois, todos confiados de que, como sempre, as nossas intenções ou sonhos ou *teimosias* hão de ser realidade... hão de ser realidade...

Sabemos aguardar as boas ocasiões... com paciência.

Nunca o desânimo entrou cá dentro, graças a Deus!!!

No próximo ano de 1933, a partir do mês de Outubro, começaremos, em Lisboa, a publicar o primeiro tómo da *História Geral das Guerras Angolanas*, com as competentíssimas nótas do rev.<sup>mo</sup> sr. Cónego Dr. José Matias Delgado.

Na verdade triste, é mais que tempo para reparar tamanha ingratidão para com a memória respeitável e digníssima de António de Oliveira de Cadornega.

De nossa páрте. havemos de lhe prestar a homenagem a que tem direito, duplamente...

\*

\* \*

Em logar da obra inédita de Cadornega, cuja publicação já tínhamos contratado com a *Tipografia Mondego*, de Luanda, resolvemos, pelo mesmo sistema de fascículos de oito páginas, imprimir uns *Documentos* brasileiro-lusò-angolanos—*materiais indispensáveis para mais completa elucidação dos factos, da sua seqüência e explicação.*

Na capitania das Minas-Gerais, um grupo de homens de valor positivo, aí por 1789, tentou uma rebelião, para tornar o Brasil independente e com govêrno republicano; tal conspiração, apenas no início, foi denunciada ao Visconde de-Barbacena; e, em 1792, alguns dos idealistas—poetas & militares—vieram desterrados para os diversos presídios de Angola.

As páginas, que conseguimos exumar dos empoeirados códices são páginas...vivas e ..inéditas e...até industriais!!!

Podem ver...

Com a publicação dêste trabalho histórico, rigorosamente calcado sôbre *Documentos* existentes nos arquivos de Lisboa e de Luanda, tivemos também em vista:

I.)—Patentear a riqueza...morta, ou quási morta, das fontes puras a que se tem de recorrer para escrever, com verdade e rigor, a *História da Colonização Portuguesa de Angola*, e

II.)—Mostrar ou dar mais uma próva insofismável da nossa aptidão ou geito ou paixão ou paciência para investigações desta qualidade ou natureza.

\*

\* \*

Como bem sabem, o chamado *Arquivo Provincial de História*, creado em Luanda, pela alínea d) do diplôma legislativo 70, de 15 de Maio de 1929, morreu logo que foi...registado...

Porque conhecemos muito bem o valor histórico dos diversos livros ou códices da antiga Secretaria-Geral de Angola, livros que estão ou andam aos môntes, por mais já de vinte vezes pedimos que lhes sejam dadas condignas moradia e arrumação e catalogação, para ser fácil o trabalho de sua consúta...

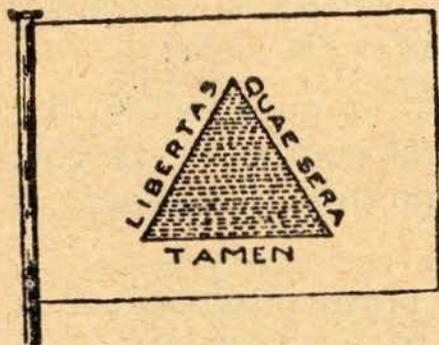
Assim em mônte e dispersos e inúteis, os papéis velhos e antigos da colónia de Angola estão...mortos.

Plenamente concordamos, pois, com as disposições do decreto número 19.868, do Ministério das Colónias, que foi publicado às páginas 245 e 246 da I série do nosso *Boletim Oficial* do corrente ano de 1932...

*Presídio de MUXIMA*

Nov./1932

**Padre RUELA**



Os Conspiradores Brasileiros, que vieram, em 1792, deportados para os Presídios de Angola

(DOCUMENTOS HISTÓRICOS)

Seis fascículos com 48 páginas ilustradas,

PELO CORREIO E REGISTADOS ....7,00

MUXIMA

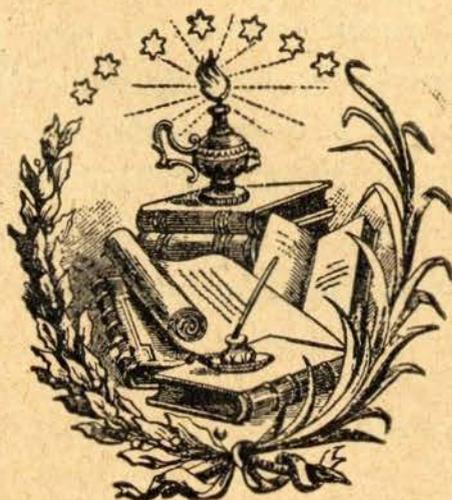
**Padre RUELA**

# Ampliação

## & Complemento

—No A. A. de A., primeiro e... único ano, foram publicados alguns artiguinhos nossos; vamos aqui agora ampliar—um, que é bibliográfico, e completar—outro, que é histórico.

P. R.



# Sua bênção, meu avô...

(Ampliação das páginas 63 e 64 do «Almanaque-Anuário de Angola»)



ESCRITOR, TAMBÉM JÁ FALECIDO, BRITO ARANHA, que condignamente continuou o *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio Francisco da Silva, à página 154 do tómo XX, dá mais esta achega:

—4137—*Almanaque Estatístico da Província de Angola e suas Dependências, para o ano de 1852*. Primeira publicação. LUANDA, Imprensa do Governo. 1851. 4.º de XXV-55 páginas e mais 8 de resúmo da Folhinha para o ano de 1852.

Adquiri, há anos, êste livrinho, que é curioso e interessante pelas matérias que encerra. Na Introdução, que ocupa as primeiras XXV páginas, compreende-se uma notícia histórica de Angola.

Referindo-se a publicações da mesma índole, impressas na Metrópole, o Autor diz:

—...a maior parte dessas publicações, cnoteccionadas na metrópole, têm saído defeituosas, o que é devido à pouca exactidão dos documentos que os seus autores são obrigados

a consultar, além de muitas outras dificuldades bem sabidas de quem escreve em tam grandes distâncias destas regiões; advirta-se, porém, que com isto não nos queremos maravilhar de que o nosso trabalho seja perfeito e livre de erros, ainda mesmo escrevendo no próprio país, a que se refere a nossa obrinha; e, por quanto, conhecemos muito bem as dificuldades do trabalho que empreendemos . . .—

---

**Nóta do p. R.**—Cada vez mais se nos aguça a curiosidade para . . .ver e cheirar e ler este *Almanaque Estatístico*, também primeiro e . . .único!!! . . .

O sr. dr. Fortunato de Almeida na *Nóta bibliográfica sobre a Geografia de Portugal e das Colónias Portuguesas*, a página 444 da segunda edição, 1920, do livro *Portugal e as Colónias Portuguesas*, aponta também este Almanaque.

Devemos vulgarizar a História-de-Angola, não a fantástica mas a verdadeira ou documentada.



Paulo Dias era um militar valente, mas...foi um péssimo administrador!!!...

Depois da leitura do *Sumário*... de Domingos de Abreu de Brito, que acaba de ser publicado pelo erudito cultor da História-de-Angola—o sr. Coronel Alfredo de Albuquerque Felner, é preciso tratar ou estudar... Paulo Dias de Novais com outro rigor.

Paulo Dias de Novais morreu no dia nove de Maio de 1589, no presídio de Maçangano, que fundara.

---

**Nóta do p. R.**—O artigo do sr. Tenente de Infantaria Luís Borges Júnior, que foi publicado no *Comércio de Angola* de 29 de Junho de 1932, tem .. muita poesia, tem... tem. .

Certas pessoas julgam que a verdade histórica está na eloquência!!!. .

Tal audácia, por ser ignorante, é mais do que ridícula...



(1767)

## Os Leões nas ruas da cidade de Luanda

—O documento, que aqui vamos transcrever, existe no Livro 64 ou 77 do arquivo da antiga Secretaria-Geral de Angola, à fôlha 235, verso, e tem o número 186.

P. R.

Carta para o Ex<sup>mo</sup> Sr. Francisco de Mendonça, sôbre a remessa de um LEÃO para sua Majestade :

Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Tendo escrito por Pernambuco à V.<sup>a</sup> Excia. e fechado o correio, se me oferece o dono dêste navio, que parte para a Baía, a levar o Leão até aquele pôrto, e aproveito a oferta pelo grande desejo, que tenho, de que mais cedo chegue à Real Presença de Sua Majestade, e também porque, demorando mais, ia no Inverno à costa de Portugal; sôbre que senão este oferecimento voluntário, faria melhor passagem ao bicho, pois são tão grosseiros os senhores e mestres dêstes navios de negros, que, de ordinário, matam pássaros e bichos, por livrar-se das pensões do tráto.

Não terei alegria que eguale a fortuna de apresentar este formoso e fero animal a suas Majestades, considerando que é o primeiro destas regiões, que passa à Europa, e que se vê preso sem alguma lesão.

Para que V. E. possa admirar-se da facilidade com que o ardor de servir o gôsto Real o fez apreender, lhe referirei o prodigioso sucesso:

—Eu tinha imaginado: que, fazendo uma casa de madeira com pórtas levantadas e que baixassem quando o bicho entrasse, se conseguiria; a tinha mandado fazer, não obstante segurarem-me que êles eram desconfiados e não entravam senão pelos muros (*cêrcas de paus*) dos currais; não lhe dei exercício, porque jámais tiveram poiso certo nestes três anos; e, aparecendo algumas vezes, fugiam logo para o interior dos sertões; no fim de Março dêste ano se chegaram mais e

passavam de noite a Cidade,

de forma que já as gentes não saíam fóra com recôio de encontrá-los; e, investindo na noite de 31 de Março e primeiro de Abril o curral dos Frades-do-Carmo, duas léguas fóra, lhes mataram muitos bois; no dia 2 de Abril mandei tapar a pórtá do dito curral

com a tal gaiola, de fórma que ficasse parecendo o mesmo e que a tinha aberta, introduzindo-lhe um bezerro, e pelas grades via todo o gado livremente; chegou às 2 horas da madrugada e caiu imediatamente, como se havia pensado; porém, muito maior do que se esperava e havendo muitos no campo, que bramiam pelo companheiro, foi preciso esperar pela luz do dia, para chegar-lhe à beira, e então, conhecendo-se a fraqueza da casa ou gaiola, se cuidou só em segurá-la por fóra com grossas travessas e chápas de ferro, para ser conduzido à cidade; assim o foi com um trabalho excessivo; e, fazendo-se-lhe logo nova casa com a segurança competente, se passou para ela; e, em ambas, continuou sempre a comer e matar com a mesma fereza de sôlto; vi que já não pasmava, e hoje sai dêste pôrto para o da Baía, levando os mantimentos competentes:

10 grandes bezerros e  
40 carneiros,

que devem alimentá-lo até aquele pôrto, pois não come senão o que mata, e na maior parte das vezes, só o sangue e o interior.

Ao Conde-de-Azambuja o recomendo muito, e, na verdade, merece que sua Majestade o veja; porque em fereza excede muito aos que vi nessa Côrte, é muito novo, e a côr junta à formosura o faz digno da Augusta Presença do Grande Rei que vai servir, de fórma que, sendo possível como foi apreendê-lo, foi só fortuna acertar com um bicho das referidas qualidades.

A delicadeza dêste tráto me fez escolher o melhor Sargento Ilheu, que aqui havia, acompanhado de dois Soldádos da mesma Ilha, trabalhadores e um dêles carpinteiro para qualquer repáro que necessite a casa em que o bicho vai, e lho encarreguei com as mais vivas recomendações; se der cônta de si, executando o que lhe ordeno, e tiver a fortuna de apresentá-lo à sua Majestade, merece: que V. E. rogue ao mesmo Senhor que lhe faça alguma Graça.

DEUS g. à V. E. muitos anos. Sam-Paulo da Assunção, a 8 de Abril de 1767.

*Dom Francisco Inocência de Sousa Coutinho*

---

**Nóta do p. R.**—Em carta de 31 de Outubro, dom Francisco Inocência dizia ou sabia que o LEÃO havia chegado à Baía e que, há dois meses e meio, ali se conservava vivo e com a mesma disposição ficava embarcado no navio Campelo.

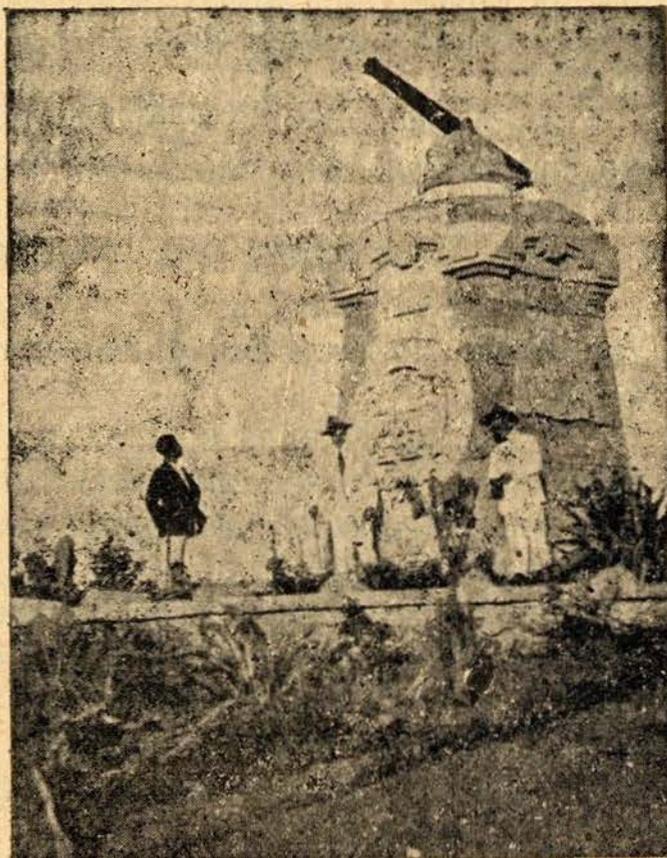
# Efemérides Provinciais

---

CATÁLOGO OU  
LISTA DOS GO-  
VERNADORES  
DE ANGOLA  
COM AS RESPECTI-  
VAS PRÓVAS

Felo sr. prof.  
*Delgado*

---



(Cont. da pág. 210)

(Canhão histórico)

## **X—Bento Banha Cardoso**

DÁTAS:



**E**ra capitão-mór. Foi eleito em 16 de Abril de 1611, na Igreja Matriz de Luanda, estando presente o bispo dom frei Manuel Baptista.

O gov. dom Manuel Pereira Forjaz tinha alvará, datado de 13 de Agosto de 1608, para nomear sucessor, mas não o nomeou.

Bento Banha governou quatro anos e meio. Deve, pois, ter entregue o governo em princípios de Outubro de 1615.

—Em 1611, esteve nomeado governador Francisco Correia da Silva, mas morreu afogado no rio Guadiana em Dezembro do mesmo ano, quando ia a Madrid beijar a mão a Filipe II.

—Foi depois nomeado dom Gonçalo Coutinho, que teve paténte em 18 de Abril, mas não quis ir para Angola.

#### FONTES OU PRÓVAS:

A eleição do gov. Bento Banha consta do «Trasládo» já referido.

Que governou 4 anos e meio, consta da consúta original de 31-X-1618, na qual se relatam os seus serviços de 24 anos em Angola. (Esta consúta está no Arquivo Colonial da Junqueira, agora).

O que digo de Francisco Correia da Silva, é dito nas *Relações de factos succedidos em Portugal e nas Províncias do Ocidente, desde 1610 a Fevereiro de 1641*. O autor destas Relações é Manuel Severim de Faria. (*Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice número 241 do Fúndo-Antigo. Fólha 17, verso*).

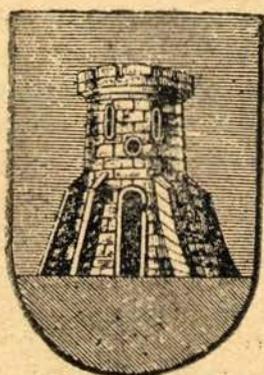
—Foi logo nomeado dom Gonçalo Coutinho, o qual não quis ir para Angola. Assim consta às fls. 17, v., das ditas Relações.

A sua paténte está na Chancelaria de dom Filipe II, Livro 32, fl. 122, v.

Lisboa,  
Janeiro de 1929.

(Continua)

João Mathias Belgas



# Presídios Angolanos

*Depois de feito, embora incompleto, o estudo histórico das três Fortalezas, ainda existentes, do porto e cidade de Luanda, passamos agora, como prometemos à página 16, aos Presídios Angolanos*

*Não seguimos a ordem cronológica de sua fundação: começamos pelo presídio de Novo-Redondo em homenagem ao grande governador dom Francisco Inocência de Sousa Coutinho,*

*Vila de MUXIMA*

*Set. 11932.*

P. R.

---

## NOVO-REDONDO (1769)

Documento do Arquivo da antiga  
Secretaria-Geral de Angola. Livro  
94 ou 77, à folha 31.—Ofício número  
302).

*Para o Excelentíssimo Senhor  
Francisco Xavier de Mendonça,  
sobre o estabelecimento das  
novas Povoações do Sertão de Ben-  
guela, chamadas Novo-Redondo.*

*M.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.:*

**P**ARA CONTINUAR A RELAÇÃO DA DILIGÊNCIA, QUE mandei fazer por tôda a costa, com o objecto de impedir o comércio, que furtivamente começavam a introduzir os ingleses, solicitando tôdas as enseadas, portos, baías que há do Cabo-Negro para baixo e de que aqui havia uma tam imperfeita notícia, que não só se ignorava a situação de muitos, mas a

sua mesma existência: devo referir todo o successo, que se segue às duas Cartas, que escrevi à V.<sup>a</sup> Exci.<sup>a</sup> em 15 de Agosto e 25 de Novembro do ano próximo passado; e devo também participar à V.<sup>a</sup> Exci.<sup>a</sup> outro particular motivo que a mesma diligência teve e que, na incerteza, devia omitir até o tempo de verificá-lo.

Quando sua Majestade foi servido nomear-me para o Govêrno dêste Reino, procurei: se na Casa-de-Redondo havia algumas Memórias do tempo em quê meu terceiro avô (*Fernão de Sousa, que governou Angola de 1624 a 1629*) o governou; e aparecendo um deslacerado e informe résto de um Livro do seu e outros governos, mandei copiar o que me pareceu próprio; e, nesta pequena Memória, achei as resúltas de uma diligência que se fizera por cóbre, que havia junto à Benguela, e na Costa.

Trabalhei uma boa parte do meu tempo na descoberta da situação: porém foram infrutíferas tôdas as minhas fadigas, porque do pôrto, onde então desembarcaram, não havia a menor notícia, e, como depois se conservaram os negros na mesma barbaridade e separação de nossos interesses, era, na verdade, bem difficil de encher o fim que me propunha, de sorte que eu mesmo começava a diminuir um pouco da minha ordinária constância em todos os trabalhos; porém, vendo que os Ingliêses se introduziam com péssim de-lã a buscar comércio naquela mesma Costa, temi que em primeiro logar fizessem o mesmo, pela nossa indolência, que tinham feito nos pôrtos do Norte; temi: que se introduzissem entre nós e Benguela; finalmente temi: que chegassem, em algum tempo, a aproveitar-se do cóbre.

Com todos êstes objectos, mandei os Engenheiros, que accusam as Cartas de 15 de Agosto e 25 de Novembro passados, para descobrir e examinar a Costa brava e o modo de segurá-la; avisaram-me do que tinham feito e de que os negros se desculpavam, na admissão dos estrangeiros, com a fálta de nosso comércio, e que a melhor situação para o mesmo era a de GUNZA-CABOLO, nesta conformidade, ordenei aos negociantes de ambas as praças que frequentassem o referido comércio da Costa e participei à V.<sup>a</sup> Exci.<sup>a</sup> o que até ali havia mandado: que de Benguela saísse um destacamento para aplinar as difficuldades da braveza e barbaridade dos negros.

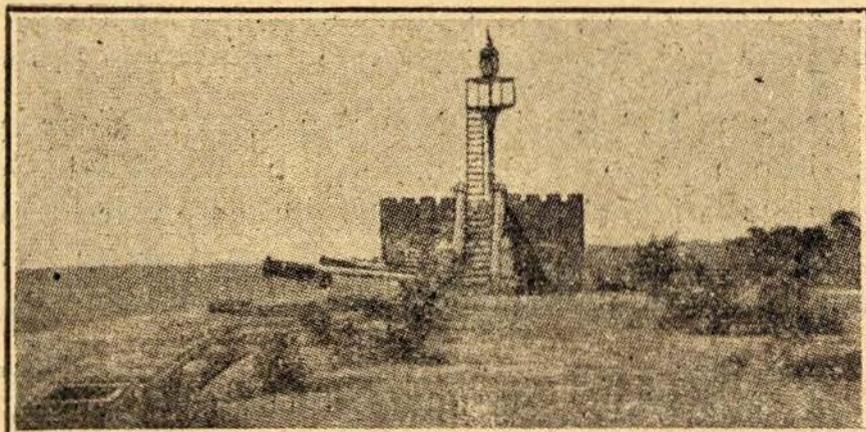
Os Engenheiros acharam, no tal GUNZA-CABOLO, tôda a disposição para o comércio e para a vassalagem, oferecendo tudo e propondo uma extraordinária quantidade de marfim; começavam o trato com alguns negociantes e a firmar as condições com que admitiam a vassalagem e entravam no Cristianismo, quando, DE-REPENTE, lhe aparece um grande corpo de negros bem armados e atacando a Povoação principal, com o nome de sua Majestade e que trazia ordem expedida de Benguela; fugiram os Habitantes para a terra, e para o mar em pequenas jangadas de pescaria, que tinham em grande número; os Engenheiros, perplexos na dúvida

do que seria e vendo-se sós, procuraram acomodar os guerreiros porém nem saltar á Povoação puderam, porque, reduzida a cinzas e feitos escravos os que não fugiram, marcharam os vencedores para o Sertão.

Embarcaram-se os nossos, e, chegando depois o Destacamento de terra, não achou o mesmo abrigo nos negros, julgando verdadeiro o atáque no nome de sua Majestade e certa atracção com que por mar os solicitavam ao comércio, e por terra eram atacados pelos outros negros invasores.

Nem o apêto de tempo, nem a pequena segurança do Destacamento permitiam maior averiguação; e só com muito trabalho puderam colher algumas pedras do môtê, em que se reputava o còbre, e com as mesmas se recolheram à Benguela, onde se não pôde averiguar o mineral, pela dificuldade e variedade de semelhantes minas.

Averiguou-se depois: que, havendo-se, há pouco tempo, levantado um soberbo e poderoso Soba com o título de Imperador-do-Sertão, tem conquistado uma grande parte dos mais pequenos, e que, para facilitar suas conquistas, atemorizando os negros, lhes diz que os vai sujeitar e castigar por ordem de sua Majestade. Logo que vence, transporta os vencidos para substituí-los com vassallos



seus e fiéis, procedimentos que, parece, excedem a barbaridade destes negros.

Como a admirável situação do pôrto, capaz de impedir o comércio dos estrangeiros, a fertilidade e riqueza do mesmo, e a esperança de còbre nesta Costa—pediam pronta providência, para que, por omissão, não voltassem as coisas ao mesmo negligente estado em que as achéi, fiz tôdas as disposições necessárias para o conquistar e o reduzir à perfeita obediência e comércio, e assim mesmo a total descoberta do còbre; e, porque esta aquisição entra

no mesmo plano de regulação de todo o país de Benguela e Caconda, incluo neste Officio os principais documentos em que fundei estas operações; tenho uma firme esperança de que o tempo e alguns casais hajam de formar, naquela região, um dos melhores e mais úteis domínios de sua Majestade; e, na verdade, é digno de tóda a admiração que, depois de 200 anos de conquista, se ignorasse totalmente esta Costa, a situação e fôrça dos pórtos e enseadas, deixando-os expostos e livres às piratarías dos estrangeiros, ao mesmo tempo em que fabricávamos maus e custosos Bicoques no interior do Sertão.

Tudo verá sua Majestade nas plântas que cada um dos Engenheiros, que ensinei e foram à diligência, tirou; das mesmas se conhece bem que o tal pórtto de GUNZA-CABOLO fica no centro de todos os que decorrem do rio Longa à Benguela, pois que não há outro meio de segurar todo aquele comércio, até agora estranho, pela braveza dos habitantes e pela fálta de conquista e tráto connosco: depois de tódas estas circunstâncias, há a de ser a Povoação muito bem situada, cheia de excelentes palmares e com um rio de água doce, sempre corrente, o que, na verdade, é bem raro nesta Costa; e, sobretudo, o môte de cóbre, que ali se julga, como V.<sup>a</sup> Ex.cia verá das pedras que lhe remeto e de que aqui extrafu um ourives algum muito bom; e, ainda que estas, por serem das expostas ao ar, não podem mostrar tóla a qualidade, brevemente terá V.<sup>a</sup> Ex.cia das que estão debaixo da terra.

Desculpe V.<sup>a</sup> Ex.cia o êrro de que, na Carta de 25 de Novembro, situo o pórtto de Quicombo ao norte dêste de Gunza-Cabolo, mas era tal a ignorância da Costa que sempre se julgou o primeiro junto ao Quanza, quando verdadeiramente se vê nas plântas que está muito do sul do segundo.

Como nas Cartas, nos Roteiros e Arte de Navegar não há notícia dêste pórtto, nem a sua situação e rio, mandei chamá-lo NOVO-REDONDO e assim vai notado na Plânta geral e particular do mesmo, para que sua Majestade ordene o que fôr servido.

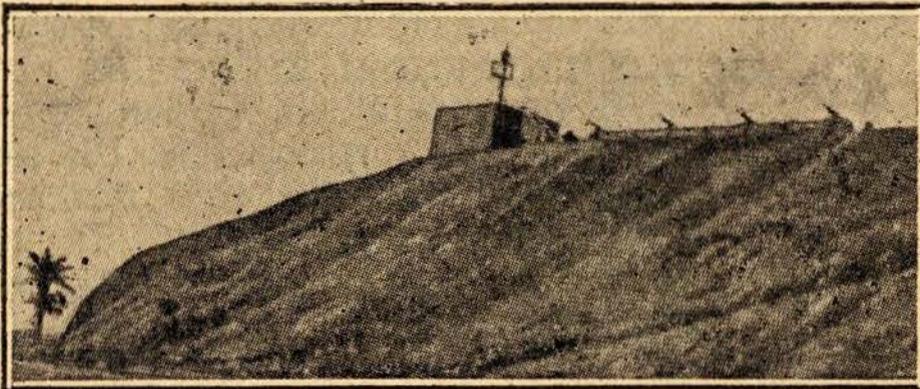
Quanto ao negro levantado e bastantemente perigoso, será bem depressa reduzido à verdadeira e legítima obediência de sua Majestade (ajudando-nos DEUS), e espero: que por tóda a pártte se conserve a paz, que, por misericórdia do mesmo Senhor, há em todo o Reino.

O cóbre, depois de verificado, como espero brevíssimamente, pode ser entregue a algum particular do Rio-de-Janeiro, que ou o leve bruto por lastro dos navios, para o fabricar lá, ou o mande

fundir no mesmo Novo-Redondo; e creio, por alguns avisos, que aqui há, que não será difícil achar quem se encarregue, só ou junto em sociedade, desta diligência, pois que êste trabalho pede muito tempo e paciência, sendo tantos e diversos os modos por que o còbre aparece e se trata.

Para sustentar o novo pôrto sem maior despesa de sua Majestade, mandei que fôsse governá-lo o capitão-mór de Muxima, onde se podia substituir fácilmente e diminui 40 homens à guarnição de Encoje, porque, depois da paz e vassalagem, que se seguiu à guerra, que ali houve no princípio do meu govêrno, não dava nada que temer, e porque muito mais se deve reccar os estrangeiros na costa onde êste novo pôrto lhes põi um competente freio à sua desordenada cobíça.

Esta conquista e a regulação dos sertões de Benguela e Caconda fecham naturalmente a pôrta às necessidades que o governador pode remediar neste Reino, e eu não posso julgar que houvesse mais digna providência, porque, pela primeira, se apartam os estrangeiros da costa que discorre do Cabo-Negro até esta capital, e, pela segunda, se faz entrar a ordem e a paz e a justiça naquele grande e frutífero país.



Espero vencer tôdas as dificuldades da conquista, mediante o auxílio do Céu, e que sua Majestade receba pela minha mão êste serviço, o qual em seis meses poderá estar completo, para que o mesmo Senhor seja servido unir lhe a graça de que eu possa ir restabelecer a minha quebrantada saúde, e um ânimo, que, por prodígio de constância, tem resistido a um mar de aflições e de cuidádos e de trabalhos, para servir útilmente ao mesmo Senhor, reformando-lhe e quási fundando de novo estas regiões.

Desejo infinitamente que tôdas estas diligências, por acertar no Real Serviço de sua Majestade e por melhorar a segurança e utilidade de seu Régio Erário, sejam dignas de seu Real Agrádo; e espero da clemência do mesmo Senhor: se compadeça de mim e da incapacidade, a que um funesto clima me tem reduzido por

fôrça do imenso trabalho, que tenho sofrido para estabelecer uma total refôrma e para seguir o plâno que formei, do qual, creio, se seguirão muitas e conhecidas vantagens, que, conduzidas com a mesma fôrça e actividade, triunfarão enfim da dureza do clima, e mostrarão à sua Majestade: que não perdoei a fadiga, despesa ou aflição que pudessem contribuir para o bem do Real Serviço.

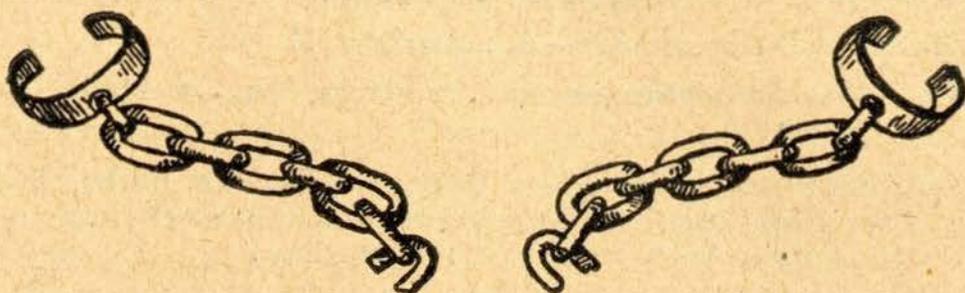
DEUS guarde à Vossa Excelência por muitos anos.

Sam-Paulo de Assunção, a 12 de Janeiro de 1769,

*Dom Francisco Inocência de Sousa Coutinho*

---

**Nótas do p. R.**—*I)* A carta de 15 de Agosto de 1768 tem o número 224 e vem á fôlha 273, v., dêste mesmo Livro 64 ou 77.—A carta de 25 de Novembro de 1768 tem o número 273 e vem na f. 286, v.  
—*II)* Temos aqui um verbete, que não podemos agora reconstituir. Diz assim:  
—Secção Ultramarina da B. Nacional de Lisboa—Angola—Caixa 145—Documento de 1769, número 34:—*A conquista de Novo-Redondo . . .*



1640

PRIMEIRO DE DEZEMBRO  
Os Holandeses contra os Portugueses

PRIMEIRA PARTE  
HISTÓRIA MILITAR DO CONDOMÍNIO PORTUGUÊS  
E HOLANDÊS EM ANGOLA

(1641-1648)

(Continuação da página 216)

16—As providências, tomadas logo, em Lisboa

**C**ERTAMENTE, NÃO É SOBRE OS JOELHOS QUE se escreve a história velha e antiga de Angola: a fantasia e a eloquência pouco ou nada valem, quando o facto não é estudado na fonte pura e imparcial.

A crítica actual exige os documentos coevos ou as testemunhas coevas e desinteressadas, sem o que não podemos escrever a verdadeira História-de-Angola; não podemos...

Sem consultar e estudar pacientemente os arquivos de Luanda e de Lisboa, que guardam preciosos elementos, nada de positivo e real podemos afirmar.

No entanto, neste ano de 1932, já apareceram duas histórias de Angola: uma—*secundum caput Lemi*—faífalhuda, outra—*secundum caput Xiqui*—episódica.

Um—quando fala ou escreve—é...papagaio!!!

Outro—quando escreve—é...espêlho!!!

Os dois—completam-se na...audácia, na... vaidade, na... inconsciência!!!

Podíamos por nossa cõta criticar êsses dois livros, mas... outra pessoa em absoluto insuspeita, e competentíssima, o virá fazer nas páginas desta revistinha: aguardem.

Não temos receio de dizer que tal *mercadoria* é perigosa para alimento do espírito, tais e tantos são os erros...

\*

\* \* |

Mas...voltemos ao nosso lugar.

No § 5. o sr. tipógrafo Fortunato deixou de compor que o conde João Maurício de Nassau desembarcou a 23 de Janeiro de 1637 no pôrto de Recife.

Também o nome do comandante ou almirante da armáda holandesa é Cornélio Cornelissens Jol, por alcunha HOUTBEEN = Perna-de-Pau, por lhe faltar uma das verdadeiras.

*El Pie de Palo* lhe chama o diplomata dr. Francisco de Andrade Leitão, no discurso, que fez, em castelhano, em Haia, no dia 13 de Maio de 1642.

Como diremos na segunda páрте dêste nosso estûdo, o sr: dr. Edgar Prestage trata da alcunha de Jol no volume XI da *Revista de História*, à página 250 e nóta (1).

\*

\* \* |

Por mais de uma vez temos notado que o Conde-da-Ericeira, dom Luís de Meneses, faz a el-rei dom João IV referências desagradáveis e injustas: umas delas é a que está no nosso § 15.

Vão ver os nossos Leitores como o facto da occupação de Luanda pelos Holandezes mereceu tôda a atenção por páрте de el-rei dom João IV.

—*Tendo os Holandeses, em 26 de Agosto de 1641, tomado a cidade de Luanda com uma poderosa armáda de 18 possantes naus de guerra, os nossos, que viviam ali, não tendo fôrças nem de mar nem de terra com que lhes pudessem*

resistir, tiveram de abandonar a cidade e de se refugiar no interior, indo, em uma tormentosa odisseia, para Maçangano.

Do Bengo, mandou o governador, Pedro César de Menezes, um ousado e destemido português, o capitão António da Fonseca de Ornelas, que pôde sair pela barra do Quanza, para vir a Lisboa dar a triste notícia, aonde chegou a 20 de Dezembro de 1641.

Foi o triste assunto tratado, logo, no Conselho-Ultramarino, em sessão de 24 do mesmo mês.

Fazia parte do Conselho o dr. Fernão de Matos Carvalhosa, desembargador dos agravos da Casa-da-Suplicação, que tinha estado 6 anos em Luanda, aonde chegara em Agosto de 1630, para syndicar os actos do governador Fernão de Sousa.

Informou êle o Conselho, dizendo que conhecia um homem, que era natural de Angola, lá creado, que sabia a língua ali falada e que tinha militado nas guerras com o gentio; êste homem, o capitão João de Araújo de Azevedo, estava então em Lisboa, e, portanto, podia ir à Angola e, tomando terra no Quanza, ir levar ao governador Pedro César de Menezes cartas do Rei, dizendo que sustentasse a guerra no sertão com o inimigo; que a caravela, em que êle fôsse, levasse o maior socôrro de munições e armas que se pudessem mandar.

O Conselho, vendo que o dito capitão era assim a pessoa mais competente para cumprir a difícil missão de atravessar a Quiçama e chegar a Maçangano, fez a propôsta ao Rei, o qual, em 26 de Dezembro de 1641, mandou lavrar o seguinte decreto:

—«Aprovo o que parece do Conselho e trate-se logo de João de Araújo para haver de fazer a Armáda e de aprestar a caravela para que parta, em dando logar o tempo.»

«Por várias circunstâncias, o capitão João de Araújo de Azevedo não foi...»—

O trecho, que acabamos de transcrever, foi dito pelo sr. Cónego Matias Delgado numa brilhante Conferência, que êle fez, na Faculdade de Letras de Lisboa, em 29 de Março de 1930.

... e o sr. Cónego Delgado é mestre... infalível da História-de-Angola.

Provado fica, pois, que dom João IV se interessou por Angola.

### 17—Os sucessos de Angola, em 1642

Sob o ponto de vista militar, no ano de 1642, Portugueses & Holandeses mantiveram-se respeitosos ou na expectativa duvidosa: desconfiavam uns dos outros e, por isso, suspenderam-se os ataques.

No presídio de Maçangano, havia necessidade de tudo: nem cómodos higiênicos, nem gêneros alimentícios, nem os mais simples remédios . . .

Doenças & Mortes!!! Uma calamidade completa!!!

Os Holandeses, senhores do pôrto e cidade de Luanda, despachavam mensalmente dois e mais navios carregados de pretos, para os trabalhos das suas fazendas de açúcar, no Brasil.

Embora o assunto diplomático pertença à SEGUNDA PARTE dêste nosso estudo, aqui vamos fazer uma pequena referência, para melhor compreensão do que vamos narrando . . .

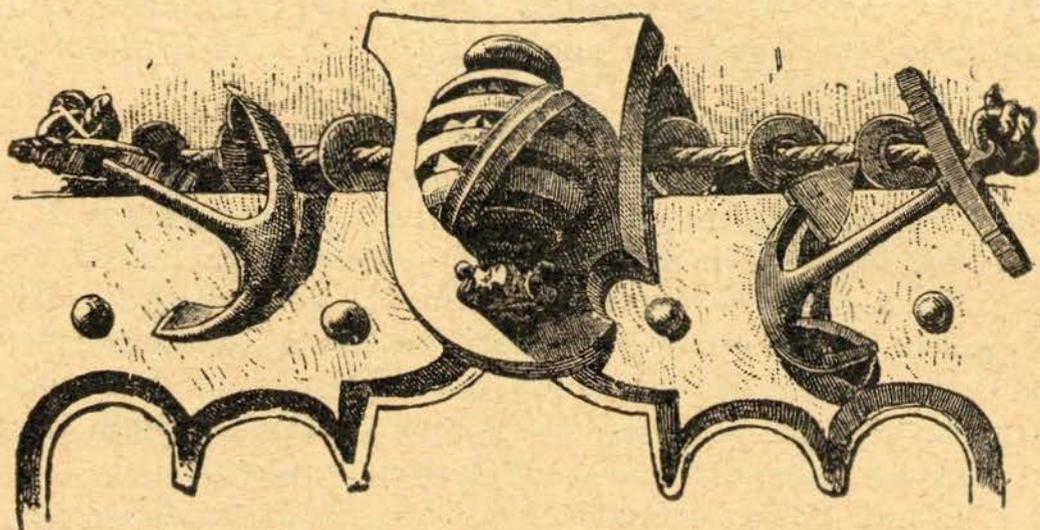
O tratado de tréguas e cessação de hostilidades entre el-rei dom João IV e os Estados Gerais das Províncias-Unidas dos Países-Baixos foi assinado na Haia a 12 de Junho de 1641, e ratificado em 18 de Novembro.

Tal tratado, conseguido por Tristão de Mendonça Furtado, fôra mal redigido de tal sorte que tinha grandes defeitos.

Em Maio de 1642, chegou à Haia o embaixador extraordinário dr. Francisco de Andrade Leitão.

A notícia—do tratado de tréguas por dez anos, de 12 de Junho de 1641—chegou à cidade de Luanda, via Holanda, só a quatro de Outubro de 1642.

(Continua)



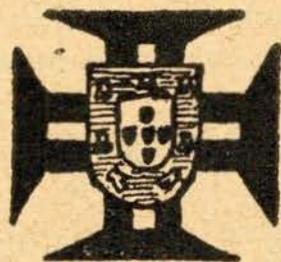
## A Tentação do Mar

NULLA UNQUAM GENS, EX QUO MUNDUS EST PRODUC-  
TUS, TOT MARIA TRANSMISIT, AC TAM LONGE DISSITAS  
TERRAS OBIVIT UT LUSITANICA...

NULLA UNQUAM NATIO TAM REMOTAS TERRAS IN  
SUAM POTESTATEM REDEGIT UT LUSITANICA...

BOSIO

Com Licença...



VEM AGORA, A PROPÓSITO, DAR AQUI UMAS ligeiras notas sôbre a história do direito internacional marítimo, e que se referem ao nosso Portugal.

I)-O jurista holandês Grócio

O diplomata brasileiro dr. Sílvio Gurgel do Amaral, no seu livro *Ensaio sôbre a vida e obras de Hugo de Groot (Grotius)*—1903, Rio-de-Janeiro, Livraria Garnier, publicou a tradução portuguesa do *Mare liberum sive De jure, quod*

*Batavis competit ad indiana commercia*, DISSERTATIO, impresso em Leyde no ano de 1609, mas *incógnito* ou sem o nome do autor.

O dr. Amílcar Marchesini, também brasileiro, transcreve esta mesma tradução *ipsis verbis* e até com os erros ortográficos, no capítulo IV do seu livro *Liberdade dos Mares*—1925, Rio-de-Janeiro, edição do *Anuário do Brasil*.

Os alvarás e cartas de Filipe II de Portugal e III de Espanha, sôbre o comércio marítimo em geral e em especial da Índia, publicados de 1603 a 1607, onde os Holandeses, com certa razão aliás, eram chamados REBELDES, foram a cáusa ou origem do *Mare Liberum* de Grócio.

Como foi averiguado em 1864, o *Mare Liberum* era apenas o capítulo XII do livro então inédito *De jure prae- dae* COMMENTARIUS, escrito por Grócio, quando tinha 26 ou 27 anos de idade.

## II)—O frade português Serafim de Freitas

Em 1625, o religioso português dr. frei Serafim de Freitas, da Ordem de Nossa Senhora das Mercês e Lente de cânones na Universidade-de-Valladolid, em Espanha, publicou, contra o *Mare Liberum* de Grócio, o seguinte livro:—*De justo imperio lusitanorum asiatico*.

No volume XIII, ou ano de 1924, da *Revista de História* do sr. dr. Fidelino de Figueiredo, vem, às ps. 5/23, um bellissimo estudo do sr. dr. Paulo Merêa, sôbre êste mesmo objécto.

Conhecemos, também, um resúmo em francês dos capítulos do livro de frei Serafim.

O sr. dr. Marcelo Caetano, nos números 5, 6, 7 e 8 da revista *Nação Portuguesa*, de 1925, publicou um bem feito estudo sôbre frei Serafim.

Na sua *História de Portugal*, o sr. dr. Fortunato de Almeida, às ps. 78 e 79 do tómo IV, também se ocupa dêste assúnto, embora resumidamente.

### III)—O inglês John Selden

Num catálogo francês vimos, há tempo, anunciado o livro *Mare clausum* de Selden, edição de 1636, pelo preço de 350 francos...

—O livro do jurista inglês condena as pretensões dos portugueses e espanhóis, no que está de acôrdo com o seu illustre antagonista Grócio; mas, como bom inglês, acha que o mar deve ter um senhor e este senhor só pode ser o rei de Inglaterra.—

«La posterité a dû juger que Grotius soutint mal une excellente cause, et que Selden en défendit bien une très-mauvaise cause.»

(Continua)

Padre RUELA

---

## Mares e climas novos...

PELO CONDE-DE-FICALHO

Os descobrimentos dos PORTUGUESES nos séculos XV e XVI constituem uma das feições mais salientes da época, porventura a mais notável da história.

Naquele período—em que o espírito humano, quebrando as peias das severas e estreitas tradições da IDADE-MÉDIA, e parecendo ter a intuição de tudo quanto é elevado e belo, abre novos horizontes nas ciências, nas letras e nas artes, —os limites do mundo físico tornam-se, como os do mundo

moral, apertados para as aspirações de uma grande e forte geração e rasgam-se como êles, perante o seu singular poder expansivo.

Um povo pequeno—situado no extremo ocidental do mundo até então explorado, lançando-se em perigosas e heroicas aventuras nos mares incógnitos e tenebrosos,—dá o primeiro impulso a uma série de descobrimentos, que, em menos de um século, dobram, perante as nações maravilhadadas, a extensão das terras conhecidas.

Mares e climas novos, raças humanas ignoradas, animais e vegetais estranhos e variados se patenteiam, em rápida sucessão, a uma geração curiosa e ávida de informações.

(*Na Introdução da sua memória académica sobre a Malagueta*).

---

## Defesa das terras descobertas

POR HENRIQUE MAJOR, inglês

**E**sta lacuna (da noticia das diversas pesquisas e explorações dos portuguezes) é devida, principalmente, a ciúmes e a apreensões de que terras de grande extensão e importância viessem a cair nas mãos de potências émulas, com destituição de Portugal e em prejuizo seu: pode-se não só suspeitar, senão ainda afirmar com tesmúnho histórico.

(*Vida do Infante*, à p. 508 da tradução de Ferreira Brandão).

## O Mistério das Navegações

por E. A. BETTENCOURT

**É** certo, sem contudo ser para admirar, que os Reis de Portugal proibiam a publicação de noticias, roteiros, cartas marítimas ou quaisquer outros esclarecimentos que podiam guiar os estrangeiros às terras então recentemente descobertas, as quais, por não terem podido ser desde logo occupadas, ficavam em risco de se perderem.

---

## O Resgáte dos Escravos

pelo sr. dr. FORTUNATO DE ALMEIDA

**P**ara avaliarmos os costúmes e as ideias de um homem, devemos transportar-nos à época em que êsse homem viveu e às circunstâncias em que se achou.

O Infante-dom-Henrique tinha, principalmente, em vista, pela captura dos indígenas africanos, obter dêles informações que pudessem guiá-lo nas suas emprêsas, e trazer ao convívio da Fé e da Civilização aqueles infelizes que viviam na barbárie.

Por conseguinte: o seu fim era nobilissimo e dignos dos maiores louvores.

(«O Infante de Sagres»—1894, à p. 273.)

---

## As Cartas-de-Marear

por SOUSA VITERBO

**S**e no século XV estivemos de algum modo dependentes da cartografia e da ciência cartográfica italiana, pelo menos pelo que respeita à parte teórica,—não se segue que

nessa época, acompanhando de perto os trabalhos do Infante-dom-Henrique, não tivéssemos cosmógrafos habilitados, que praticamente iam demonstrando e aperfeiçoando os seus conhecimentos.

Não só havia cartógrafos oficiais, com sede na Casa da Índia e Mina, mas muitos outros trabalhavam nas suas oficinas, por conta própria, embora o poder real se mostrasse ciumento dessa actividade particular, com receio de que os portulanos portugueses aproveitassem aos estrangeiros.

Dom Manuel I havia proibido que nas cartas-de-marear da Guiné se delineasse mais navegação que até às ilhas de Sam-Tomé e Príncipe.

As que apparecessem em contrário, seriam levadas a Jorge de Vasconcelos para que êste riscasse as demasias.

(Na *Introdução* da 1.<sup>a</sup> parte dos *Trabalhos náuticos...*)

---

## Descobérta de Pôrto-Santo

(1418)

por DAMIÃO DE GÓIS.

**T**ornados êstes navios, um João Gonçalves, Zarco de alcúnha, e Tristão Vás Teixeira, pela vontade que viam no Infante, de cuja criação eram, lhe pediram que fôsse sua Mercê servir-se dêles no tal negócio, do que o Infante houve prazer e lho agradeceu muito, mandando logo armar um navio de que deu a capitania a João Gonçalves por ser mais velho que Tristão Vás, os quais com o temporal que lhes deu, sem chegar à costa de África, navegaram tanto ao pégo que, acabada a tormenta, se acharam à

vista de uma ilha pequena e deserta que logo foram demandar; e pela mercê que lhes DEUS fizera, além de os salvar de tamanha tempestade, em lhes deparar a tal ilha, lhe puseram o nome de PORTO-SANTO, como se agora chama, com a qual nóva se tornaram ao Infante, a quem logo um seu creádo por nome Bartolomeu Perestrelo pediu a capitania dela, que, em companhia destes João Gonçalves e Tristão Vás, a foi povoar, por ser ilha de bons ares e boas águas de fontes...

(Capítulo VIII da «Crónica do Príncipe dom João».)

## Sôbre o Infante-dom-Henrique...

**T**emos aqui, na nossa mesa de trabalho, os seguintes livros, que tratam *ex professo* do Primeiro Colonial Português:

—«*Vida de Infante D. Henrique de Portugal, apelidado o Navegador*», por Richard Henry Major, vertida do inglês por José António Ferreira Brandão, Lisboa, 1876. Custou-nos 210\$00 escudos, mas vale-os muito bem, e, por isso, não temos remorsos de consciência pela transgressão que fizemos do propósito de não comprar livros mais caros que cem escudos.

—«*O Infante de Sagres*», por Fortunato de Almeida, Pôrto, 1894.

—«*O Infante D. Henrique*», por Manuel Barradas, Lisboa, 1894.

—«*A Escola de Sagres e as tradições do Infante Dom Henrique*», conferência do Marquês de Sousa Holstein, Lisboa, 1892.

Temos ainda mais outros livros....

O Marquês de Sousa Holstein, na conferência referida, na nota 110, transcreve o curioso testamento do infante.

Foi também da nota 84 que nós tomámos a data de 3 de Fevereiro de 1446, que vem citada á p. 63 desta revista.

Na verdade, muitos são os documentos relativos ás DOAÇÕES REAIS e aos gastos de dom Henrique.

O Cardeal Saraiva, no tómo V das suas «*Obras Completas*», ás pgs. 264, e 265 refere também as doações de 7 de Junho de 1454 e de 18 de Setembro de 1460.

Mas... o Infante-dom-Henrique, sim, o primeiro colonial português, *morreu empenhado em dívidas, que, ainda ao falecimento de el-rei dom Manuel I, não haviam sido inteiramente satisfeitas...*

Esta informação veém á p. 449 de secção primeira da «*História da Sociedade em Portugal no seculo XV*», por Costa Lobo, Lisboa, 1904, e também nas «*Épocas de Portugal Económico*» por J. Lúcio de Azevedo, á p. 82.

P. R.

## Acusações Malévolas ou Inconcientes

pelo alm. ALMEIDA DE EÇA

A exploração comercial da COSTA-AFRICANA tomou, desde comêço, feições especias, características, que a distinguiram do restante comércio externo e ainda do das ilhas...

A «*Companhia de Lagos*», organizada pelo Infante-dom-Henrique, e da qual êle seria, como diríamos hoje, o principal acionista ou parceiro, iniciou o transporte para Portugal de pretos de África, salteados primeiro, resgatados isto—é, comprados, depois.

Portanto... o Infante-dom-Henrique inventou o infame tráfico. É assim mesmo que se escreve ainda hoje, lá por fóra, a História.

Depois os Portugueses continuaram a trazer escravos para Lisboa, para as Ilhas, para o Brasil.

Logo . . . logo Portugal é o país dos negreiros.

Vejamos . . .

Ninguém pode pretender ocultar que o negócio da escravatura floresceu em tôdas as costas de África até ao primeiro quartel do século XIX.

Fizeram os Portugueses o tráfico de escravos?

Fizeram, mas . . .

Mas em primeiro lugar, não foi o Infante-dom-Henrique quem o inventou; já estava inventado desde a mais remota antiguidade, pois que foi de todos os tempos o estado social da *escravidão* e, por conseguinte, o negócio com escravos, que, quando transportados por mar, deu a *escravatura*, na acepção restrita desta palavra. Tôdas as organizações políticas do Extremo-Oriente ao Extremo Ocidente, desde os tempos mais antigos aos tempos mais modernos, admitiam a escravidão, até mesmo como indispensável.

Só o CRISTIANISMO, proclamando a igualdade de todos os homens, tentou aboli-la, pelo menos no campo da doutrina; e só muito tarde isso se conseguiu, para os povos da Europa.

Por outro lado, os escravos de África foram levados pelos Portugueses para 25 Ilhas e depois para o Brasil como necessidade *fatal* para a *povoação* e arroteamento delas.

Mas . . .

Mas, desde os primeiros tempos, e sobretudo a partir de dom João II, a nossa legislação está cheia de cautelas para que, a dentro do grande abuso, não se cometessem, antes se castigassem, os abusos desnecessários.

E, depois, circunstância muito especial só dos Portugueses e também dos Espanhóis, as condições affectivas destes povos deram em resultado o cruzamento, a procriação dos mestiços e, com esta, a formação de nacionalidades.

Foi um bem? ..

Foi um mal?...

Foi... foi uma necessidade.

Mas...

Mas que nos venham acusar de negreiros os escritores franceses, inglêses ou outros de países que, a seguir a nós, formaram colónias na América, é que positivamente não pode tolerar-se, se, com tal acusação, se pretende dizer que só Portugal praticou êste tráfico.

Não, praticaram-no todos...

Não venham, pois, os críticos estranhos repetir a acusação malévola ou inconciente de que os Portugueses foram negreiros. Ou então acusem-se também e penitenciem-se primeiro do mesmo êrro, como Portugal se penitenciou há muito.

Nesta matéria, basta o nome Sá da Bandeira para lavar de tôda a culpa anterior.

(« Normas económicas na Colonização Portuguesa até 1808 » — ps. 47/49.)

Com a licença da Autoridade Eclesiástica

**Visado pela Comissão de Censúra**

COMPOSTO E IMPRESSO  
na TIPOGRAFIA MINERVA  
\* LUANDA \*

18.)

Acabamos de receber o N.º 3 desta esplêndida revista de assúntos históricos, superiormente dirigida pelo erudito investigador o rev.º Padre Ruela Pombo.

Já encarecemos o valor desta colectânea de documentos que respeitam à história de Angola e por isso limitamo-nos hoje a novamente a recomendar a todos os estudiosos.

Do—*Notícias da Huila*—de 26 de Julho de 1932

---

19.)

Prosegue, com o número 4, agora recebido, a sua obra de divulgação de assúntos históricos a revista «Diogo-Cão», do rev.º Padre Manuel Ruela.

O sumário dêste número é o seguinte:—«Os portugueses em Angola—Fortaleza do Penedo—Catálogo dos Governadores—Monumentos e arquivos—História Eclesiástica—Os Holandeses em Angola—A tentação do mar.

Interessante como os precedentes, é leitura que devem fazer todos os que sejam curiosos de assúntos históricos e principalmente dos de Angola.

Do—*Notícias da Huila*—de 13 de Setembro de 1932.

## Petipé... literário

- I)—A revista ilustrada *Diogo-Cão*, de vários o variados assuntos velhos e antigos angolanos, contém nas suas páginas *material* sôbre:

HISTÓRIA

GEOGRAFIA,

COMÉRCIO,

CIVILIZAÇÃO,

ARTE,

ETNOGRAFIA\* E

CRÍTICA.

- II)—Tôda a *colaboração*, tanto a literária como a artística, é solicitada ou pedida directamente por nós.
- III)—Os artigos ou trabalhos assinados são da absoluta *responsabilidade* de seus *autores*.
- IV)—Não são permitidas *polémicas* de carácter pessoal ou individual.
- V)—A revista *Diogo-Cão* publica-se em *séries* de 10 números, tendo cada um, pelo menos, 32 páginas.